

DECOLONIALIDADE E PÓS-DESENVOLVIMENTO: NOVAS ROUPAS PARA A VELHA GEOGRAFIA CRÍTICA

Luis Lopes Diniz Filho¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba, PR, Brasil

Enviado em 23 mai. 2021 | Aceito em 30 jun. 2021

Resumo: O objetivo deste texto é analisar trabalhos de pesquisa em geografia que utilizam os discursos do pós-desenvolvimento e da decolonialidade com o fim de responder duas questões: a) até que ponto tais discursos têm trazido contribuições para a produção de teorias em geografia? b) a incorporação desses discursos significa uma renovação do pensamento geográfico ou apenas a reprodução dos pressupostos teórico-metodológicos, éticos e ideológicos que definem a geografia crítica com nova roupagem? Para responder a tais perguntas, efetua-se uma análise lógica e empírica desses discursos tendo como foco as relações entre desenvolvimento e pobreza em escala mundial.

Palavras-chave: Geocrítica; Decolonialidade; Pós-desenvolvimento; Pobreza.

DECOLONIALITY AND POST-DEVELOPMENT: NEW CLOTHS FOR THE OLD CRITICAL GEOGRAPHY

Abstract: The objective of this text is to analyze research works in geography that use the approaches of post-development and decoloniality in order to answer two questions: a) to what extent have such approaches contributed to the production of theories in geography? b) does the incorporation of these approaches mean a renewal of geographic thinking or just the reproduction of theoretical-methodological, ethical and ideological assumptions that define critical geography in a new guise? To answer these questions, a theoretical and empirical analysis of these approaches is carried out, focusing on the relations between development and poverty on a global scale.

Keywords: Critical Geography; Decoloniality; Post-Development; Poverty.

DECOLONIALIDAD Y POSTDESARROLLO: ROPA NUEVA PARA LA VIEJA GEOGRAFÍA CRÍTICA

Resumen: Este texto tiene como objetivo analizar pesquisas en geografía que utilizan los discursos del postdesarrollo y de la decolonialidad con el fin de responder dos preguntas: a) ¿hasta qué punto estos discursos han contribuido para la producción de teorías en geografía?; y b) ¿la incorporación de esos discursos significa una renovación del pensamiento geográfico, o solo una reproducción de los presupuestos teórico-metodológicos, éticos e ideológicos que definen la geografía crítica con una nueva envoltura? Para contestarlas se realiza un análisis lógico y empírico de esos discursos, enfocando las relaciones entre desarrollo y pobreza em escala mundial.

Palabras clave: Geografía crítica; Decolonialidad; Postdesarrollo; Pobreza.

1. Doutor em Geografia Humana, Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Professor do Departamento de Geografia da UFPR. E-mail: diniz@ufpr.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0844-4821>

A sedução do discurso fácil e do consenso imediato tem sido muitas vezes um entrave de peso na produção do conhecimento relevante na Geografia. O lugar comum que agrada de imediato, mas que de fato nada acrescenta àquilo que já é comumente pensado, o reforço do pensamento e da explicação banais, a confusão entre o papel de produtor do conhecimento com o de mero reprodutor, o encanto da denúncia e a posição da suposta superioridade daquele que denuncia, a atração pelo discurso moralista, todos esses ingredientes, embora facilmente compreensíveis pela sociologia da ciência, têm sido muito nocivos à geografia, sobretudo pela grande generalização do seu uso entre nós (GOMES, 2009, p. 29).

Introdução

A geografia humana brasileira sofreu uma grande transformação a partir de meados dos anos 1970, quando as abordagens clássicas foram substituídas pela perspectiva da geografia crítica - a corrente quantitativista, em que pese uma influência considerável, nunca chegou a ser predominante na academia brasileira. Mais recentemente, os discursos descoloniais ou decoloniais, difundidos entre intelectuais latino-americanos que exercem atividade militante junto aos “movimentos sociais”, vem ampliando sua influência na geografia (MARQUES, 2018).

Nesse sentido, a geografia espelha as transformações vividas pela teoria social crítica (ou pensamento crítico) no contexto histórico de crise teórica e prática do marxismo. Isso porque a influência marxista, embora continue muito forte na geografia, vem sendo retrabalhada por meio de outras abordagens que, igualmente comprometidas com a crítica da sociedade capitalista e com a negação do princípio da neutralidade do método científico, sejam úteis para o estudo de temas que escapam à teoria da luta de classes, tais como questões étnicas e de gênero. É o caso do pós-modernismo, que ampliou sua influência na geografia dos anos 1990 em diante, em função da crise do marxismo (DINIZ FILHO, 2013; 2002)². Como reflexo dessa mudança, o exame dos trabalhos de geografia influenciados pelos discursos decoloniais - que frequentemente se combinam aos estudos centrados no conceito de “pós-desenvolvimento” (GÓMEZ, 2012, p. 171) - revela que estes reproduzem os pressupostos definidores da geocrítica com fortes tonalidades pós-modernistas. Cabe, portanto, fazer uma discussão sobre o pós-modernismo antes de passar para a análise da geocrítica.

O pós-modernismo em sua versão decolonial e pós-desenvolvimento

A teoria social crítica é uma tradição de pensamento que abrange um conjunto vasto e heterogêneo de métodos e teorias cujos elementos comuns são dois: o objetivo manifesto de empreender uma crítica radical e abrangente à sociedade capitalista e a rejeição do princípio da neutralidade do método científico. Desde os anos 1960, essa tradição vem se transformando pela

² França Filho erra ao dizer: “As imprecisões na delimitação das diversas filiações marxistas até hoje causam bastante confusão, principalmente com o uso do rótulo Geografia Crítica, diretamente associado à Geografia Marxista, como é o caso da definição feita por Diniz Filho (2002), onde a identificação do marxismo como a linha filosófica dominante é colocada como critério de classificação”. O erro está no fato de que o referido texto não aplicou tal critério classificatório, visto que os geógrafos selecionados para análise foram aqueles explícita e notoriamente identificados como geógrafos críticos pela comunidade acadêmica. Em trabalho posterior, aí sim, o autor discutiu e aplicou um critério de classificação, o qual consiste num conjunto de sete pressupostos teórico-metodológicos, éticos e políticos que orientam as pesquisas, de sorte que a influência marxista, embora intensa e generalizada nesse universo, é apenas uma das características da geocrítica usadas como critério classificatório (DINIZ FILHO, 2003).

tendência à substituição do cientificismo marxista pelas epistemologias céticas e relativistas que compõem o pensamento pós-modernista.

O pós-modernismo é um movimento intelectual e artístico que se opõe radicalmente ao modernismo, constituindo uma verdadeira simetria de proposições filosóficas, artísticas, éticas e políticas entre os dois movimentos³. Assim, muitas refutações pós-modernistas à ciência moderna são reedições das críticas que o romantismo e outras correntes irracionistas lançavam contra o iluminismo já desde os séculos XVIII e XIX. A grande diferença em relação àquelas críticas é que o pós-modernismo não reivindica uma ciência metafísica, capaz de captar a “essência” de cada fenômeno ou a unidade da natureza, mas, pelo contrário, abandona toda ideia de metafísica e nega qualquer possibilidade de alcançar um conhecimento objetivo pela aplicação de algum método rigoroso (GOMES, 2003).

Como demonstra o filósofo Stephen Hicks, o pós-modernismo, embora tenha sido antecipado no campo das artes plásticas, teve origem nos anos 1960 em virtude da combinação da crise do marxismo com a predominância de epistemologias céticas e relativistas na filosofia. Os expoentes intelectuais e estrategistas desse movimento são Michel Foucault, Jacques Derrida, Richard Rorty e Jean-François Lyotard, todos eles formados em filosofia nos anos 1950, todos eles influenciados pelo marxismo e todos com atuação política em partidos socialistas e/ou em organizações político-culturais de esquerda⁴. Foucault foi militante do Partido Comunista Francês - PCF, de 1950 a 1953 e, em 1968, devido a discordâncias políticas com o partido, declarou-se maoísta. Derrida assumia que seus trabalhos de “desconstrução” de discursos se inseriam num “espírito marxista”. Ele também foi associado ao jornal *Tel Quel*, de extrema esquerda, e nutria forte simpatia pelo PCF. Lyotard passou 12 anos realizando trabalhos teóricos e práticos para o grupo *Socialismo ou barbárie*. Rorty, o menos radical deles, é um social-democrata que afirmou ter grande admiração pelo líder do partido socialista americano (HICKS, 2014, p. 152).

Na década de 1950, porém, já era visível o forte contraste entre o sucesso do capitalismo liberal (como se verá adiante) e a pobreza e opressão política vigentes no bloco socialista, conforme revelaram a intervenção soviética na Hungria, em 1956, e a divulgação dos crimes stalinistas pelo governo Khrushchev. Enquanto isso, na filosofia dos EUA e Reino Unido, as reflexões do positivismo lógico levaram ao questionamento do princípio da indução (a possibilidade de validar generalizações pela observação empírica) e à proposição de que a lógica e a linguagem não passavam de convenções arbitrárias sem qualquer relação necessária com os fenômenos estudados pela ciência. Já no continente europeu, em particular na França e Alemanha, a influência de autores como Hegel, Nietzsche, Kierkegaard e Heidegger compunha um ambiente intelectual em que concepções metafísicas e irracionistas fundamentavam a rejeição da lógica aristotélica e da ciência como ferramentas de conhecimento. Ao mesmo tempo, a influência de Marx corroborava a desconfiança contra a ciência “positivista” ao negar o princípio da neutralidade do método e ao qualificá-la como um instrumento de dominação de classe. Esse ambiente favorecia a formulação de epistemologias que visavam substituir a lógica por uma razão dialética e/ou por faculdades humanas diferentes da razão, tais como os instintos, a fé e a emoção, como meios de conhecimento. Nesse contexto, os filósofos pós-modernistas radicalizaram algumas proposições dessas epistemologias

³ Existe um debate sobre se o pós-modernismo é uma reação ao movimento modernista ou uma continuação deste (PLUCKROSE, 2017), o qual, entretanto, escapa aos objetivos deste artigo.

⁴ Outros nomes importantes do pós-modernismo são também de esquerda: Jacques Lacan, Stanley Fish, Catharine MacKinnon, Andreas Huyssen e Frank Lentricchia (HICKS, 2014, p. 79). Outros autores citam também Gilles Deleuze, Felix Guattari, Jean Baudrillard e Serge Latouche (TAMBOSI, 2010). O sociólogo Boaventura de Souza Santos, autor de *Introdução à ciência pós-moderna*, é bastante citado pelos geocríticos atuais (DINIZ FILHO, 2013).

(especialmente as ideias de Heidegger) de modo a responder à crise teórica e prática do marxismo, num esforço que, apesar das grandes diferenças de pensamento entre eles, conduziu à sedimentação de cinco ideias comuns que definem o pós-modernismo (HICKS, 2014, p. 14):

a) antirrealismo: a realidade é inacessível ao conhecimento, de sorte que é impossível falar sobre a existência de uma realidade independente do observador; logo, os fenômenos que a ciência investiga seriam uma construção intelectual amparada em convenções sociolinguísticas;

b) subjetivismo social: uma vez que a realidade não é acessível ao conhecimento, a ciência consiste num tipo de discurso desprovido de objetividade, tal como qualquer outro tipo de discurso; a epistemologia pós-modernista enfatiza e insiste no caráter relativo e subjetivo de todo conhecimento, sempre prisioneiro de convenções arbitrárias;

c) a natureza humana é coletivista, no sentido de que a identidade dos indivíduos é uma construção sociolinguística gerada largamente pelo grupo ao qual cada indivíduo pertence; tais grupos variam radicalmente em função de sexo, raça, etnicidade, renda, etc., e constroem visões de mundo particulares; assim, na ausência de um conhecimento universal e objetivo, as diferenças entre esses grupos tendem a se resolver primariamente por meio de relações de força, sejam veladas ou explícitas;

d) visões políticas coletivistas e igualitárias, que se opõem ao individualismo liberal e consideram a busca de equidade um objetivo insuficiente, o qual deve então ser substituído pelo igualitarismo; assim, proclamam o compromisso de lutar pelos grupos sociais considerados desfavorecidos e oprimidos;

e) socialismo: concepções sobre economia (HICKS, 2014, p. 22) que rejeitam ou menosprezam a competição no mercado em favor de formas de organização econômica baseadas na cooperação entre indivíduos integrantes de grupos marginalizados;

Não é por acaso que Helen Pluckrose (2017) avalia que o pós-modernismo, embora começando por uma fase de exercícios intelectuais de desconstrução niilista, tenha passado depois para uma fase de “política identitária” na qual tais desconstruções tornaram-se secundárias, embora continuem muito importantes. É reconhecido, de fato, que o movimento pós-modernista se multiplicou em diversas tendências intelectuais e políticas de esquerda, como os estudos de “gênero”, a teoria “queer”, o “ecofeminismo” e o multiculturalismo (RISÉRIO, 2020; PLUCKROSE, 2017; HICKS, 2014). Num contexto histórico de fracasso das experiências socialistas e também das previsões das teorias do subdesenvolvimento e da dependência (como se verá adiante), o caminho para o surgimento de uma variante decolonial dentro do pós-modernismo já estava pavimentado:

Para os membros desse movimento [pós-modernista], tudo o que existe só existe em função do significado que lhe é conferido. Crer na existência de fatos objetivos, e, ainda mais, que esses fatos sejam acessíveis e explicáveis por meio de uma teoria objetiva, independente do observador, eis a ilusão do “positivismo”. Na ótica pós-modernista, tal era a crença do colonialismo, que a todas as culturas impunha a objetividade, ao passo que o subjetivismo hermenêutico dos pós-modernos é emancipatório, ou seja, conduz à descolonização, situando todas as culturas em pé de igualdade. Afinal, pressupor um conhecimento à margem das culturas – uma verdade objetiva, única – não passa de quimera, pois cada cultura, repita-se, possui seus próprios conhecimentos, seu próprio mundo (TAMBOSI, 2010, p. 64-65)

O parágrafo resume bem as premissas fundamentais dos discursos sobre decolonialidade e pós-desenvolvimento (embora sem mencionar esses termos), tendo em vista que:

Uma das críticas fundamentais do pensamento decolonial é que não existe um conhecimento objetivo, neutro e universal, isso é um mito, uma retórica de poder. [...] como nos mostram Lander (2005), Sousa Santos (2006), Grosfoguel (2010) e Mignolo (2003), a produção do

conhecimento não é abstrata, mas sim contextualizada, localizada, incorporada; ela está situada em histórias locais e arraigada em culturas e cosmovisões particulares, e traz as marcas dos sujeitos-autores que a produzem, sujeitos estes constituídos a partir de suas experiências e subjetividades configuradas socialmente (CRUZ, 2017a, p. 26)⁵.

Todavia, os autores decoloniais rejeitam a ideia de que estejam elaborando uma variante do pós-modernismo. Asseguram que o “pensar e atuar descolonial” conduz a um “projeto trans-moderno” e “anticapitalista” que vai além da “modernidade/colonialidade” (GROSFUGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 36 citado por PEREIRA, 2017, p. 46)⁶. Mignolo chega até a afirmar que os conceitos de moderno e pós-moderno são expressões de um “pensamento hegemônico” que se pretende único. E, diante do questionamento de que a decolonialidade, ao proclamar o compromisso de lutar por certos grupos subalternos, poderia converter esses grupos e suas perspectivas nos privilegiados de amanhã, o autor respondeu que tal questão expressa o “temor” desse pensamento único de “[...] perder seu privilégio a partir do momento em que os subalternos começam a pensar por si mesmos, sem esperar a orientação do maestro” (MIGNOLO, 2008a, p. 246).

Trata-se aí de uma retórica do tipo *ad hominem*, segundo a qual as ideias decoloniais são diferentes só porque derivam dos discursos e ações políticas de supostos “subalternos”, em contraste com os quais todos os pensadores europeus e norte-americanos modernistas e pós-modernistas são privilegiados que pensam sempre pelos mesmos parâmetros e que se sentem sob ameaça. Ironicamente, porém, essa estratégia apenas reforça a identidade entre pós-modernismo e decolonialidade. Como aponta Hicks, a argumentação *ad hominem* é comum dentro do repertório de estratégias de convencimento usadas pelos pós-modernistas, especialmente entre os mais envolvidos com a aplicação das ideias do pós-modernismo nas salas de aula (HICKS, 2014, p. 80). Com efeito, a visão de que todos os discursos expressam verdades subjetivas, as quais são dependentes de características raciais, étnicas, de gênero e de renda que definem os agentes discursivos e que funcionam como armas em disputas de poder, predispõe ao uso desse tipo de retórica, muito recorrente na militância da esquerda identitária (RISÉRIO, 2020; PLUCKROSE, 2017). Como explicita um geógrafo decolonial: “existe uma profunda relação entre o *que se fala, quem fala e de onde se fala*” (CRUZ, 2017a, p. 26 – itálico no original).

E há também uma contradição na estratégia com a qual Mignolo procura demarcar a distinção entre o seu discurso e o pensamento pós-modernista:

[...] a opção descolonial, a opção de coexistência, é um pensamento que assume a objetividade entre parênteses: creio no que creio e defendo o que creio, e entendo que frente à minha postura há outra posição equivalente de alguém que defende suas crenças, mas sabe que a sua não é a “única maneira de ler a realidade”. Esse é o espaço do diálogo pluri-versal. Frente a ele se encontram os espaços uni-versais, os pensamentos que assumem a objetividade sem parênteses – que há uma única maneira de ler a realidade e que temem quando alguém não a aceita, não está de acordo ou a desafia (MIGNOLO, 2008a, p. 246).

⁵ Porto-Gonçalves (2017, p. 38) tenta matizar tal visão: “[...] não queremos recusar a ideia de que o conhecimento seja universal, mas, sim, (1) retirar o caráter unidirecional que os europeus impuseram a essa ideia (eurocentrismo) e (2) afirmar que as diferentes matrizes de racionalidade constituídas a partir de diferentes lugares, os *topoi* de Boaventura de Sousa Santos, são passíveis de serem universalizados, o que nos obriga a considerar os processos por meio dos quais os conhecimentos podem dialogar, se relacionar”. O autor também distingue uma “primeira moderno-colonialidade”, de fala portuguesa e espanhola, da segunda, de fala inglesa, francesa e alemã. Apesar dessas ponderações, o autor não esclarece quais são os requisitos que um conhecimento ou racionalidade devem cumprir para aspirar ao status de universalidade. E ainda refuta as ideias das quais discorda com rotulações desqualificadoras, tal como fazem os demais autores decoloniais. Vê-se isso quando o autor afirma que o conceito de tempo próprio da “segunda moderno-colonialidade, aquela do Iluminismo” é “europeu, branco, burguês e fálico” - sic (Idem, p. 39).

⁶ Noções como “giro descolonial”, “opção descolonial”, “atitude descolonial”, “pensamento descolonial” ou “descolonialidade” procuram cumprir as mesmas funções analíticas (PEREIRA, 2017, L. 27), sendo então sinônimas. Mas não há clareza sobre o que essas noções significam, como se verá adiante.

Ou seja, o autor atribui aos discursos decoloniais o mesmo tipo de concepções relativistas e subjetivistas essenciais na crítica pós-modernista à ciência e utiliza tais concepções para distinguir os discursos decoloniais “do pensamento hegemônico, moderno e pós-moderno” (sic). Aí está uma incoerência que reflete a pobreza de argumentos de Mignolo e que confirma a identidade entre pós-modernismo e decolonialidade. Afinal, o autor é incapaz de proceder a uma crítica teórica ou metodológica que não se reduza a contrapor o relativismo e subjetivismo decoloniais ao objetivismo (real ou suposto) do discurso que é alvo da crítica, estratégia essa repetida até mesmo quando tal discurso é igualmente relativista e subjetivista.

E uma outra ironia está no fato de que, ao atacar a “infiltração da matriz colonial de poder” no mundo não ocidental, Mignolo aponta, como vetores da “infiltração”, vários dos mesmos processos históricos que, associados ao modernismo, são criticados por pós-modernistas como Foucault, Baudrillard e Latouche: “produção de mercadorias e promoção do livre comércio, transmissão de imagens televisivas, imposição de políticas estatais nas relações internacionais, controle de relações de gênero e sexualidade, imposição e controle do conhecimento a partir das ciências sociais e as humanidades à ciência e a tecnologia, etc.” (MIGNOLO, 2008a, p. 247).

Em suma, os discursos decoloniais procuram usar um jargão diferenciado para se apresentarem como um modo de pensar alternativo e inovador, mas ironias e incoerências como essas revelam a identidade entre esses discursos e as premissas e objetivos políticos definidores do pós-modernismo.

A geocrítica em sua versão decolonial e pós-desenvolvimento

Os geógrafos que trabalham com a noção de decolonialidade têm refletido sobre as contribuições desta para a renovação do pensamento crítico, além de investirem na “construção e divulgação de uma geografia crítica em chave descolonial” (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p. 10). Nesse sentido, procuram identificar os “encontros e desencontros” entre a geocrítica e o “pensamento descolonial latinoamericano” com o fim de entender os desafios que precisam ser superados para realizar esse projeto intelectual. Para além de uma cooperação entre autores de disciplinas diversas que pesquisam um mesmo conjunto de temáticas e de sujeitos sociais, o que se busca é renovar “o pensar e o fazer geográfico” em suas dimensões teórico-metodológica, ética e política por meio de um diálogo entre a geocrítica e os discursos sobre decolonialidade (CRUZ, 2017a, p. 30).

Todavia, a leitura dos trabalhos que empregam as noções de decolonialidade e de pós-desenvolvimento permite questionar a viabilidade desse projeto de renovação da geografia ou mesmo da geocrítica. Para apresentar uma síntese dos discursos centrados naquelas noções e, ao mesmo tempo, compará-los com os trabalhos produzidos tradicionalmente pela geocrítica, o melhor caminho é organizar um conjunto de citações na forma de Quadro.

Quadro 1

<p>Pressupostos da Geocrítica</p> <p>Desde a origem da geocrítica, os autores dessa corrente procuraram demonstrar que os problemas socioespaciais e ambientais são causados pela lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo, o que significa afirmar que a geografia seria capaz de elaborar uma crítica radical a essa sociedade por meio de estudos centrados na análise do espaço e/ou das relações sociedade/espaço (DINIZ FILHO, 2013, p. 17-18; 2003).</p> <p>Sendo assim, os geocríticos negaram ou minimizaram a possibilidade do planejamento estatal “responder” adequadamente a tais problemas, visto que somente uma transformação radical da sociedade (a superação do capitalismo) poderia efetivamente dar-lhes resposta. Pelo contrário, os geógrafos críticos eram taxativos em afirmar o papel intrinsecamente reacionário do planejamento territorial inspirado pelas correntes “ativa” e/ou “pragmática”, já que este seria apenas um instrumento do Estado monopolista para assegurar a acumulação de capital e para efetivar as estratégias de dominação ideológica da burguesia (DINIZ FILHO, 2013; 2003; 2002).</p>
<p>Pressupostos dos discursos decoloniais</p> <p>“O ‘espírito do capitalismo’ (cuja fundação histórica se localiza nas mudanças radicais introduzidas pela abertura da economia do Atlântico, no século XVI), não parece estar ligado à ascética protestante e à secularização [...], como foi proposto por Max Weber, mas a uma ética da rapinagem que prevalece, de forma ainda mais ampla, hoje em dia” (MIGNOLO, 2008a, p. 240).</p> <p>“Ficou aparente, lá pelo fim dos anos sessenta e início dos setenta – com a crise do Estado do Bem-estar (<i>Welfare State</i>) –, que ‘desenvolvimento’ era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos” (MIGNOLO, 2008b, p. 293).</p> <p>“Disseminou-se entre nós, em particular na América Latina, a ideia de que era preciso completar o processo de modernização para que os países desta região superassem a condição de subdesenvolvidos. De fato, o que se coloca como urgência política é completar o processo de descolonização, transcendendo a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade” (PEREIRA, 2017, L. 30).</p> <p>[...] a filosofia (ou qualquer outra disciplina tanto na instituição quanto nos princípios dos saberes ocidentais) pressupõe identidades fortes que não se reconhecem como tal, mas sim que se apresentam como universalidades abertas. Mas quem as controla? Não são por acaso homens brancos, cristãos e europeus quem formaram o cânon filosófico [...]? (MIGNOLO, 2008a, p. 250).</p> <p>“A prática de racionalização do saber proposto por Quijano se aproxima muito do entendimento sobre ‘Racismo Epistêmico’ proposto pelo sociólogo Ramon Grosfoguel (2006) nas palavras do autor: ‘O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no - sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias (identity politics) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à – universidade e à – verdade’” (MARCELINO, 2018, L. 5).</p> <p>“A raça é um critério básico de classificação da população mundial, fundamental para afirmação do sistema capitalista” (SANTOS, 2017, p. 59).</p> <p>“Assim como toda criação emancipatória, os territórios urbanos estão submetidos ao desgaste ineludível do mercado capitalista, à competência destrutiva da cultura dominante, à violência, ao machismo, ao consumo massivo e ao individualismo, entre outros. É o capitalismo dependente que cria um ‘polo marginal’ na sociedade, o que supõe romper com as análises eurocêtricas ao enfatizar as diferenças e particularidades presentes no continente latinoamericano” (CRUZ, 2017b, p. 16).</p>
<p>Pressupostos dos discursos sobre pós-desenvolvimento</p> <p>“[...] o trabalho critica a concepção dominante de desenvolvimento atrelada à ideia de progresso econômico e à lógica capitalista, a fim de evidenciar a impossibilidade de se desenvolver, no atual mundo globalizado, segundo tal perspectiva” (RUA et al., 2009, p. 1).</p> <p>“[...] será mesmo necessário abandonar a ideia de desenvolvimento ou podemos (re)construir seu significado a partir de uma crítica construtiva que, rompendo com o modelo de desenvolvimento embutido no projeto da modernidade ocidental planetarizada, consiga apontar novos caminhos para a sociedade?”. (RUA et al., 2009, p. 10).</p> <p>“O desenvolvimento, apesar da generalização da miséria e da ampliação das desigualdades e desequilíbrios que o mundo continua sofrendo, da exploração e da opressão que gera, dos desastres ambientais que provoca etc.,</p>

continua sendo discutido, planejado, financiado e tem um lugar destacado na agenda internacional...” (GÓMEZ, 2007, p. 41).

“[...] o desenvolvimento serve bem ao seu patrão, o capitalismo. Como constata a crítica pós-desenvolvimentista, essa deriva do desenvolvimento disfarçada de aperfeiçoamento nunca ruma para uma auto-crítica integral que mude radicalmente (na raiz) os objetivos que promove e os interesses que salvaguarda. Insiste-se na defesa e manutenção de um núcleo duro associado à consolidação do atual sistema socioeconômico que soma 50 anos de fracassos” (GÓMEZ, 2007, p. 45).

“[...] tentamos delinear um dos muitos caminhos que podem nos direcionar para uma reflexão não só do nosso papel como geógrafos, o qual poderia se circunscrever apenas a uma questão estreita e corporativa, mas, utilizando métodos e categorias da ciência geográfica, apontar para a construção de uma sociedade sem a opressão de um desenvolvimento preservador das desigualdades, utopia reificada, estratégia de controle social, enfim, um des-desenvolvimento, já que o verdadeiro desenvolvimento, aquele da melhora geral e equitativa e da redução das desigualdades é impossível dentro da sociedade capitalista em que vivemos” (GÓMEZ, 2007, p.53).

É bastante nítida a identidade de pressupostos fundamentais entre a geocrítica e os trabalhos de geografia centrados nos discursos decolonial e do pós-desenvolvimento, pois esses trabalhos se propõem a empreender uma crítica “de raiz” ao capitalismo por meio de categorias geográficas, refutam o princípio da neutralidade do método e questionam as atividades de planejamento, bem como a participação dos geógrafos nessas atividades.

Nesse contexto, é possível observar três diferenças entre as primeiras formulações da geocrítica e os trabalhos inspirados naqueles discursos. A primeira é a substituição do conceito de espaço pelos de território e de lugar na condição de categorias mais utilizadas nas análises. O antropólogo Arturo Escobar (2005a) trata da importância do conceito de lugar para os discursos decoloniais e pós-desenvolvimento e ressalta a contribuição da geografia pós-moderna na valorização do lugar. Edir Pereira (2017, p. 38) trabalha com o conceito lefebvriano de espaço - uma referência central para a geografia urbana marxista - e qualifica o lugar como espaço concreto onde se entabulam relações específicas de dominação e de resistência. Já o privilegiamento do conceito de território é uma tendência geral da geografia produzida na América Latina e em alguns países europeus desde meados dos anos 1990. Assim, mesmo geógrafos críticos que não se propõem a trabalhar com os discursos da decolonialidade e do pós-desenvolvimento têm empregado principalmente o conceito de território, como se vê nos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert (DINIZ FILHO, 2013, p. 15-25).

Já a segunda diferença é que, se no passado os geógrafos críticos (mesmo os não marxistas) descartavam as demais correntes de pensamento qualificando-as como ideologias úteis à preservação do capitalismo e a certos interesses de classe (DINIZ FILHO, 2013, p. 113-118), agora aqueles discursos acrescentam também acusações de “violência epistêmica”, “racismo epistemológico”, eurocentrismo e machismo contra qualquer referencial teórico-metodológico que não se proponha a elaborar uma contestação radical do capitalismo ou que não efetue essa contestação nos mesmos moldes da crítica decolonial. Um exemplo de refutação de trabalhos que não são críticos está na forma como Mignolo qualifica Amartya Sen e Kwame Anthony Appiah como “pessoas de cor que reproduzem o pensamento eurocentrado” e, em seguida, afirma que estes “[...] adotaram e se identificaram com a identidade disciplinar (economia, filosofia) e com o controle disciplinar do conhecimento, que – a partir desse poder identitário epistêmico – marginalizou e continua marginalizando todos e todas que não se submetem às regras do jogo” (MIGNOLO, 2008a, p. 250). E um exemplo claro do segundo tipo de refutação está no modo como os teóricos do pós-desenvolvimento (caso de Arturo Escobar) acusam os estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência de haverem, mesmo com todo o seu conteúdo crítico do livre mercado e, por vezes, anticapitalista, reafirmado uma visão eurocêntrica, “arrogante” e “ingênua” dos países qualificados

como subdesenvolvidos ao proporem modelos de reestruturação desses países (RUA et al., 2009, p. 4-5).

Por fim, a terceira diferença está no fato de que os discursos decoloniais e pós-desenvolvimento rejeitam o capitalismo e se empenham na busca de modelos alternativos sem fazerem referências à teoria marxista do valor e sem elaborarem qualquer teoria econômica ou geográfica econômica alternativa que possa cumprir as mesmas funções explicativas e normativas que aquela teoria cumpre no âmbito dos esforços de Marx para fundamentar sua crítica à “sociedade burguesa” e sua visão de “socialismo científico”.

Na visão decolonial, porém, essa última diferença é uma virtude. Walter Mignolo afirma que “é necessário desvincular o marxismo do projeto descolonial”. Mas não afirma isso no intuito de negar o marxismo ou as possibilidades de trabalho conjunto entre as duas correntes, e sim por entender que o marxismo é incapaz de enfrentar o capitalismo global com eficácia e é insuficiente como crítica à “matriz colonial do poder”. A dita incapacidade residiria no fato de que o marxismo seria, assim como o liberalismo e o cristianismo, uma “ideologia universal” e, desse modo, enquanto projeto político, reproduz a lógica global do próprio capitalismo, “apenas invertendo os conteúdos” da opressão para a emancipação (MIGNOLO, 2008a, p. 247). Já enquanto instrumento de crítica, as teorias de Marx e de seus seguidores teriam uma aplicabilidade restrita a apenas uma das esferas da “matriz colonial de poder”, a econômica, a qual “leva, no vocabulário marxista, o mote de capitalismo”. Assim, uma vez que a dita matriz é formada por quatro esferas inter-relacionadas - economia, alteridade, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade -, disso resulta que o marxismo serve em algum grau “para ‘analisar’ a formação do ‘capital’ a partir da revolução industrial”, mas: “seria de menos utilidade ainda para analisar e entender outras formas de controle, como a colonialidade do saber e do ser, o controle do conhecimento e a subjetividade, esfera na qual está incluído o domínio das ‘religiões’” (MIGNOLO, 2008a, p. 247).

Em contraste, a “opção descolonial”, sendo livre das bases do modo de pensar ocidental, pode enfrentar o capitalismo global com êxito na medida em que contribuir para multiplicar e conectar “projetos descoloniais, os quais, em geral, surgiram na *periferia global* e na *periferia interior dos centros econômicos e industriais* (os seis países centrais da União Europeia e Estados Unidos)” (MIGNOLO, 2008a, p. 248 - itálicos no original). Nesse sentido, a decolonialidade visa articular inúmeros discursos e projetos surgidos a partir das experiências históricas, subjetividades e modelos de organização política e econômica anteriores à penetração da “matriz colonial de poder” no mundo não ocidental. Em outro texto, o autor cita o movimento zapatista e o governo Evo Morales como exemplos de atualidade da “opção descolonial”, enraizada nas culturas de povos nativos das Américas (MIGNOLO, 2008b).

Assim, embora a crítica decolonial seja explicitamente antagônica à economia capitalista, deixa de lado a elaboração de teorias econômicas por três motivos. Primeiro, porque os discursos decoloniais operam com noções extremamente amplas e de contornos indefinidos, como “matriz colonial de poder”, “matriz de colonialidade dos corpos e mentes”, “*colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza*” (CRUZ; OLIVEIRA, 2017, p. 15 – itálico no original) e “pensamento descolonial”. Na visão de Mignolo, por exemplo, as quatro esferas que compõem a tal “matriz” abarcam virtualmente todos os fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais ou até psicossociais que ocorrem no mundo. Segundo, porque tais noções não se prestam a análises precisas, já que não visam identificar e descrever um objeto de pesquisa a ser teorizado - proceder assim significaria buscar uma explicação universal baseada em causalidades, assim como a ciência faz. Terceiro, porque os autores decoloniais analisados aqui não demonstram a preocupação de definir as noções básicas com as quais raciocinam. Mignolo (2008b, p. 300-301) confessa que não define o

“pensamento descolonial” porque fazer isso significaria “obediência epistêmica”, ou seja, “entrar no jogo” da “identidade disciplinar” de alguma ciência social. Logo, o autor admite que usa um jargão sem conteúdo claro, mas justifica essa atitude com uma retórica de tipo pós-modernista, pois alega que a precisão conceitual exigida pelo método científico é uma estratégia de poder à qual ele não se “submete” - e isso como se precisão conceitual não fosse condição necessária para dizer algo inteligível e com honestidade em todos os outros campos de interlocução, além do debate científico.

Essa justificativa revela que o “pensar e atuar descolonial” não pode ser definido porque constitui só um conjunto amorfo de bandeiras político-ideológicas de esquerda que serve de parâmetro implícito para identificar quais políticas, ideias e instituições devem ser atacadas e quais devem ser aprovadas. Assim, todos os alvos identificados por esse parâmetro são embalados com o rótulo de “matriz colonial de poder”, enquanto os discursos, governos e grupos políticos a serem defendidos são associados a rótulos como “resistência” ou “r-existência descolonial” (PEREIRA, 2017; PORTO-GONÇALVES, 2017).

Não surpreende, pois, a ausência de teorias que expliquem por que o capitalismo e a economia de mercado teriam efeitos tão nefastos quanto esses autores afirmam. Os discursos sobre decolonialidade são apenas retórica radical de esquerda, mas os autores decoloniais tentam disfarçá-la de interpretação erudita dos problemas da humanidade e de meio sagaz de desvelamento de relações de poder que estariam ocultas sob todas as ideias que eles rejeitam. E a principal estratégia de disfarce utilizada é repetir ideias de tipo pós-modernista sobre a relatividade do saber para desqualificar qualquer argumento contrário às suas afirmações rotulando-o como manifestação de um “pensar ocidental”, de “racismo epistêmico”, etc.

E como a retórica consiste em mobilizar o máximo possível de argumentos úteis para defender uma causa, a preocupação com a coerência pode muito bem se perder em nome desta. Nos trabalhos citados no Quadro 1, há um momento em que o capitalismo aparece como causa: “é o capitalismo dependente que cria um ‘polo marginal’ na sociedade”. Em outro momento, está dito que o racismo é “fundamental para afirmação do capitalismo”, o que pode indicar tanto uma relação causal como algum tipo de vínculo necessário entre os dois elementos. Noutros momentos, o capitalismo é produto e componente de um processo histórico muito mais amplo, já que “se edificou a partir dessa matriz de colonialidade dos corpos e mentes”. Ou, como visto depois, a economia capitalista faz parte de uma das esferas da “matriz colonial de poder”.

Por essas razões, os discursos decoloniais concentram-se na elaboração de narrativas históricas (panorâmicas e superficiais), bem como nas análises de discursos, de relações de poder e de temas culturais, como racismo, machismo, eurocentrismo e outras formas de discriminação que seriam inerentes ao desenvolvimento histórico do capitalismo, o qual acompanha justamente a expansão global daquela “matriz”. Não por acaso, Walter Mignolo é um professor de literatura que se autodefine como “semiólogo, meio filósofo e meio historiador” (2008a, p. 241).

De modo análogo, os discursos sobre pós-desenvolvimento podem também ser denominados “crítica pós-estruturalista do desenvolvimento”, pois fazem uma refutação do conceito e dos programas de desenvolvimento implementados por governos e organismos multilaterais por meio, principalmente, da análise dos discursos que legitimam esses programas. Para tanto, os autores dessa linha dizem inspirar-se na visão pós-estruturalista, que toma filósofos como Foucault, Deleuze e Derrida como referência, além de Edward Said, Homi Bhabha e Franz Fanon (ESCOBAR, 2005b; GÓMEZ, 2007, p. 39-40).

Mas o problema é que, assim, a crítica ao capitalismo, ao mercado, à globalização e ao “neoliberalismo” se faz sem qualquer preocupação de formular uma teoria econômica ou geográfico econômica que procure demonstrar a existência de relações de causa e efeito entre os problemas

socioeconômicos e ambientais e a lógica de funcionamento do capitalismo. Fala-se superficialmente em “exploração” de pessoas e de países sem deixar claro se essa palavra é usada como referência à teoria marxista do valor ou a outra qualquer. Fala-se também que o desenvolvimento é servil ao capitalismo e também fonte de opressão, exploração, problemas ambientais, o que implica dizer que o funcionamento do capitalismo necessariamente se associa a comportamentos antiéticos e imorais. Ou seja, repete-se um tipo de crítica moral aos efeitos sociológicos do funcionamento do mercado que já estava presente no ambiente político e cultural europeu dos séculos XVIII e XIX, tanto nas obras tributárias do conservadorismo romântico quanto no *Manifesto comunista* dos jovens Marx e Engels (HIRSCHMAN, 1986). E o mesmo se dá na geografia crítica acadêmica e escolar, em que o capitalismo e o mercado são descritos como forças que induzem organizações e indivíduos a agir de forma egoísta e imoral, ocasionando assassinatos, guerras, pobreza, crise ecológica, embora os geocríticos raramente tenham a preocupação de tentar demonstrar objetivamente essa relação (DINIZ FILHO, 2013).

Por tudo isso, a negatividade dos efeitos sociológicos do funcionamento do mercado é vista como fato evidente, até óbvio, o que facilita imensamente o trabalho da crítica de discursos: se os programas de desenvolvimento não contestam o capitalismo, conclui-se que são todos fracassados e destinados a continuar fracassando, assim como os discursos que fazem a defesa desses programas podem ser tranquilamente qualificados como uma retórica falseadora que precisa ser “desconstruída”.

O pós-desenvolvimento critica a forma pela qual o discurso desenvolvimentista se apropria desses discursos e cria o Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento. Apesar das dificuldades dos chamados países subdesenvolvidos serem inquestionáveis e de sofrerem uma exploração evidente, existem formas diversas de ler os problemas desses países e de enfrentá-los (GÓMEZ, 2007, p. 43).

Ora, a ideia de que os países de renda média e baixa sofrem exploração não tem nada de evidente, pois tal hipótese foi intensamente debatida no âmbito das teorias do subdesenvolvimento, da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado, já nos anos 1950 a 1980. Dentro desse debate, as teorias marxistas das trocas desiguais, que procuravam demonstrar que o desenvolvimento dos países centrais seria produto da exploração da periferia, eram contestadas inclusive por autores marxistas que acusavam a incompatibilidade destas com a teoria marxista do valor (DINIZ FILHO, 1999).

Portanto, a crítica pós-estruturalista ao desenvolvimento opera nos mesmos moldes da velha crítica marxista de discursos ideológicos, e o fato dos autores decoloniais e pós-desenvolvimento recusarem a ideia de racionalidade universal, contrariando a proposta marxista de “socialismo científico”, não depõe em nada contra a constatação dessa identidade de estrutura de argumentação que existe entre as duas correntes.

Na formulação de Marx e Engels, ideologia é todo discurso (seja político, religioso, artístico, do senso comum, jornalístico ou científico) que nega a existência de interesses de classes inconciliáveis que estruturam a sociedade e/ou que apresenta os interesses específicos de uma classe como se fossem interesses gerais da sociedade. Logo, a crítica marxista às ideologias toma as teorias econômicas e sociológicas de Marx como verdades científicas incontestáveis e, assim, qualifica todas as visões alternativas como formas de “falsa consciência” da realidade. O resultado é uma crítica previsível e repetitiva, pois supõe que a falsidade dos discursos não marxistas já foi demonstrada de antemão, e que tende a carregar no tom de denúncia e em acusações de falta de

ética contra os discursos criticados e/ou contra os agentes que os enunciam⁷. Exatamente como faz a crítica pós-estruturalista em relação aos discursos sobre o desenvolvimento: supõe que o vínculo entre as mazelas do mundo e a lógica de funcionamento do capitalismo e/ou o desenvolvimento histórico capitalista é uma verdade provada e até evidente, de sorte que tais discursos podem ser qualificados como falseadores e irracionais pelo fato de não colocarem o capitalismo em questão e por ignorarem o fracasso supostamente óbvio das políticas de desenvolvimento:

Os três temas selecionados neste item para oferecer um panorama dessa crítica oferecem a seguinte visão: a) um desenvolvimento superficialmente maleável, capaz de integrar e distorcer aspectos diversos, ainda que duro nos seus princípios essenciais; b) articulador de um discurso que reinventa, segundo seus interesses, o mundo do qual fala; e c) construído sob princípios não científicos ou racionais, mas sim religiosos e dogmáticos (GÓMEZ, 2007, p. 45).

Com efeito, todos os trabalhos citados no Quadro 1 deixam explícita a atribuição de um vínculo causal ou de uma associação necessária entre os problemas socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais e o capitalismo - embora o estudo de João Rua seja menos categórico na crítica aos planos de desenvolvimento, conforme visto. Mas nenhuma dessas publicações apresenta uma teoria para explicar essa suposta causalidade ou associação e nem trabalha evidências empíricas para corroborar as conclusões. Então, não se pode dizer que esses trabalhos contribuam para renovar a geocrítica ou para produzir conhecimento relevante em geografia, pois restringem-se a uma denúncia que parte de pressupostos que já são hegemônicos na geografia brasileira (DINIZ FILHO, 2013).

Cumprir ainda dizer que essas afirmações sobre “generalização da miséria”, “exploração evidente” e “fracasso dos planos de desenvolvimento” implicam em contradições epistemológicas flagrantes. Isso porque os discursos desses autores trabalham com o mesmo tipo de epistemologias céticas e subjetivistas que definem o movimento pós-modernista, o que significa rejeitar a ideia de objetividade do conhecimento e o uso de argumentos baseados em fatos empíricos. E, se esses autores tentarem negar tal incoerência dizendo que suas críticas de cunho socioeconômico ao capitalismo e ao desenvolvimento expressam uma visão ou tomada de posição política estritamente subjetiva, irão incorrer igualmente em contradição, uma vez que estarão atribuindo aos discursos em favor dos planos de desenvolvimento um irracionalismo e um dogmatismo que se aplicam às próprias críticas que eles fazem desses discursos.

E essas contradições insolúveis são também uma marca notória dos discursos pós-modernistas. Stephen Hicks demonstra que o pensamento pós-modernista exibe um flagrante padrão de incoerência, pois sustenta que toda verdade é relativa e subjetiva, mas, ao mesmo tempo, faz afirmações apresentadas como verdades absolutas. Mais ainda, o autor demonstra que os intelectuais pós-modernistas não apenas estão conscientes das incoerências e da natureza retórica de seus escritos como justificam tais características com alegações sobre necessidade política. Michel Foucault afirma: “Discourses are tactical elements or blocks operating in the field of forces relations; there can exist different and even contradictory discourses within the same strategy” (FOUCAULT, 1978, p. 101-102 citado por HICKS, 2014, p. 166). Já Frank Lentricchia diz que o pós-modernismo “seeks not to find the foundation and the conditions of truth but to exercise power for the purpose of social change” (LENTRICCHIA, 1983, p. 12 citado por HICKS, 2014, p. 12). Enquanto

⁷ A utilidade desse tipo de crítica é contestada até no interior da tradição marxista. O conceito gramsciano de ideologia como visão de mundo, ao centrar a análise de discursos na eficácia política das ideologias, procura ser um instrumento para explicar as transformações históricas concretas, em vez de apenas repetir, em tom de denúncia, que as visões não marxistas são formas de “falsa consciência” da realidade convenientes para manter a dominação de classe e a exploração (MORAES, 1988).

isso, Arturo Escobar não vê problema em mencionar de passagem uma “profundización de la pobreza” que estaria em curso no contexto da globalização econômica, mas, no mesmo texto, afirma:

Es decir, mientras que los enfoques dominantes en gran parte ven el conocimiento, en mayor o menor medida, como una representación de lo real, y por lo tanto como algo que puede evaluarse como próximo o lejano de la verdad, los postestructuralistas ven esta posición epistemológica como parte del problema (parte de una creencia eurocéntrica en una verdad lógica como el único árbitro válido del conocimiento), y plantean que la escogencia de una epistemología y de un marco teórico siempre es un proceso político con consecuencias para el mundo real (ESCOBAR, 2005b, Localización 5).

Em suma, embora o pós-modernismo rejeite o procedimento científico de submeter teorias ao teste da realidade, é certo que os autores decoloniais e pós-desenvolvimento fazem, incoerentemente, afirmações falseáveis, ou seja, afirmações factuais passíveis de serem verificadas objetivamente por meio de dados empíricos. Essa verificação é a tarefa a realizar na próxima seção.

O teste da realidade: desenvolvimento e pobreza

A atribuição de um vínculo causal entre pobreza e capitalismo é um dos pilares da teoria social crítica, já desde os tempos de Marx. Contudo, mesmo na obra desse autor havia problemas para demonstrar tal causalidade. Marx nunca produziu uma teoria econômica que demonstrasse cientificamente que o desenvolvimento do capitalismo levaria a um processo de pauperização, e isso por ter percebido que a elevação contínua da produtividade do trabalho, com vistas a ampliar a mais-valia relativa, abria espaço para a elevação dos salários (DINIZ FILHO, 1999). Essa melhoria salarial só poderia deixar de ocorrer se a taxa de exploração da força de trabalho crescesse à medida em que os ganhos de produtividade ocorrem, mas a economia marxista não identifica qualquer mecanismo econômico que leve necessariamente ao crescimento da taxa de exploração (ARON, 2005, p. 397-398).

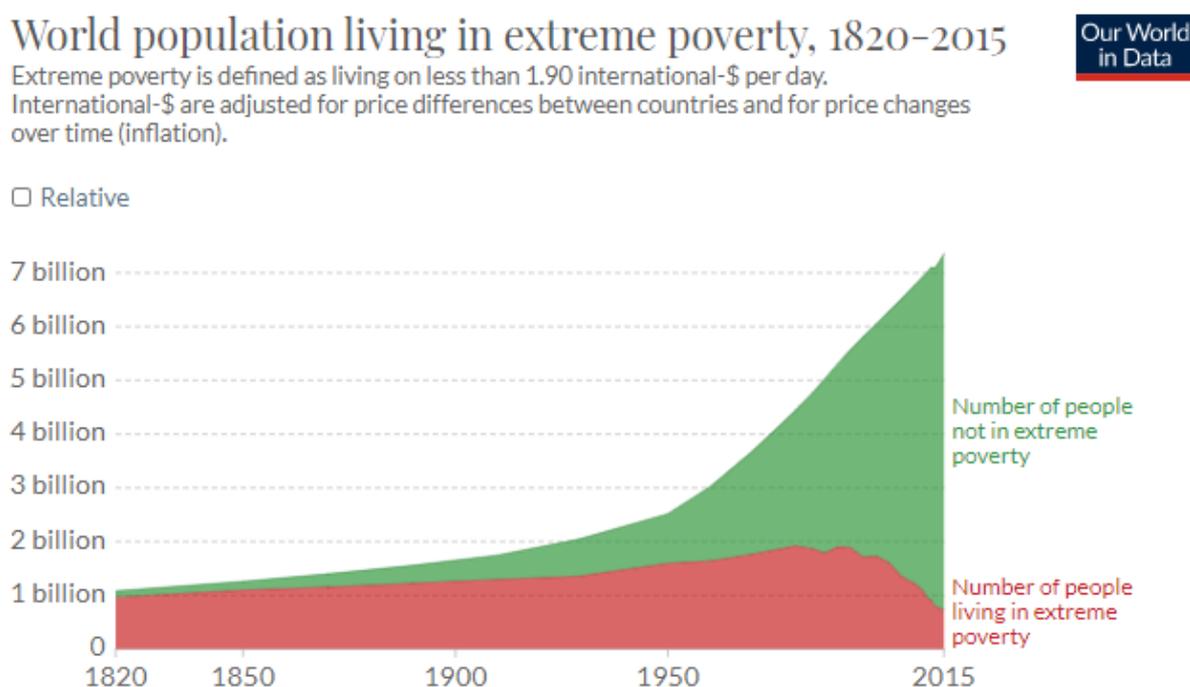
Em função disso, Marx procurou demonstrar o vínculo entre desenvolvimento capitalista e pauperização por meio de observações empíricas e teorizações sociológicas. Assim como a maioria dos intelectuais de seu tempo, Marx avaliava que a revolução industrial tinha levado à queda da qualidade de vida dos operários em relação à dos trabalhadores do século anterior (ARON, 2005, p. 399). Marx observou também que, apesar do grande desenvolvimento das forças produtivas trazido pela industrialização, os salários permaneciam em nível baixo, muito próximos do mínimo necessário para a subsistência - a “lei de ferro dos salários”, teorizada já por David Ricardo. No plano teórico, Marx previu que a modernização tecnológica constante, ao engendrar a formação do exército industrial de reserva, responderia pela suposta contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e pauperização do operariado.

Entretanto, essas observações e previsões acabaram se mostrando equivocadas. Já nos anos 1960, Raymond Aron (2005, p. 399) apontava que, de acordo com os dados estatísticos, houve melhora da qualidade de vida dos trabalhadores como produto da revolução industrial. E a “lei de ferro dos salários” revelou-se uma característica específica do paradigma tecnológico da primeira revolução industrial, não uma condição necessária para o funcionamento da economia capitalista ou uma decorrência da acumulação de capital. Como afirma Paul Krugman (1999, p. 188), no século XIX houve um período de cerca de 50 anos no qual os salários reais permaneceram estagnados, já que as novas tecnologias reduziram fortemente a demanda de mão de obra e, assim, fizeram com que os ganhos de produtividade fossem transferidos quase totalmente para os lucros das empresas, não para os salários. Mas esse processo modificou-se de forma clara a partir do final do século XIX,

quando os trabalhadores passaram a se beneficiar dos ganhos de produtividade na forma de elevações salariais e, com o tempo, também na forma de redução da jornada de trabalho. Quanto à teoria do exército industrial de reserva, é fato que o excedente de trabalhadores não impediu o desenvolvimento dos sindicatos, cuja atuação inviabiliza o funcionamento de um mecanismo de pauperização dos trabalhadores vinculado à modernização tecnológica (ARON, 2005, p. 399).

As estatísticas recentes confirmam isso de forma ainda mais enfática. O gráfico abaixo pode ser visualizado em estudo publicado por Martin Ravallion em 2016, e foi atualizado em 2019 com base nas mesmas fontes utilizadas em trabalho de 2002 publicado por François Bourguignon e Christian Morrison (OUR WORLD IN DATA, 2020). A linha de pobreza utilizada é de 1,90 dólares per capita por dia, valor ajustado conforme as diferenças de preços de produtos entre países e corrigido de acordo com a variação da inflação.

Gráfico 1



Fonte: our world in data, 2020

De 1820 a 1980, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza cresceu em números absolutos, mas diminuiu como proporção da população mundial. Logo, a ideia de pauperização trabalhada por Marx, embora correspondesse à trajetória do número absoluto de pobres, estava equivocada. A partir de 1981, o número de pessoas extremamente pobres diminuiu também em termos absolutos, caindo de 1,91 bilhões nesse ano para 733,48 milhões em 2015, o que é bem menos da metade. Relativamente falando, os dados no Gráfico permitem calcular que o percentual da população mundial vivendo em pobreza extrema declinou de 89,15%, em 1820, para 63,35%, em 1950, e 9,98%, em 2015.

Esses números conduzem a conclusões que soam bastante irônicas à luz dos diagnósticos catastrofistas divulgados pelos geógrafos a respeito de temas como globalização e modernização tecnológica. No livro *Por uma outra globalização*, Milton Santos afirma que a prioridade conferida às importações e exportações estava produzindo um crescimento da população pobre em todos os

continentes, mas não cita nenhuma fonte para provar isso (SANTOS, 2000). Todavia, a redução do número de pessoas extremamente pobres se dá a partir de 1981, exatamente no período em que os processos econômicos que dão corpo à globalização - a integração comercial, produtiva e financeira dos mercados domésticos - tornam-se mais intensos e efetivos. Já os autores que elaboram os discursos decolonial e do pós-desenvolvimento são críticos não só da globalização e do livre mercado, mas também do conceito de modernidade, conforme o Quadro 1. A modernidade, assim como o conceito de desenvolvimento, expressaria um modo de pensar eurocêntrico, foi construída juntamente com o capitalismo como parte de estratégias de poder e é estranha a outras culturas e a racionalidades alternativas à capitalista (ESCOBAR, 2005a, p. 75; GÓMEZ, 2012, p. 170). Contudo, o Gráfico mostra que a queda na proporção de pessoas extremamente pobres se acelera muito a partir de 1950, quando ocorre a “revolução verde” e os processos de industrialização e de urbanização ganham velocidade.

E não há nenhuma novidade nisso. Há mais de cinquenta anos, Raymond Aron já alertava que:

Basta averiguar qualquer estatística de qualquer país economicamente desenvolvido para ver que a tese da pauperização absoluta, entendida como a diminuição dos rendimentos da massa da população ou da massa dos assalariados em comparação aos de meio século ou de um século atrás, não merece ser levada a sério (ARON, 2005, p. 545).

Hoje, a mesma afirmação é válida também para países de renda média ou baixa, embora autores como Milton Santos, Escobar e Gómez insistam em falar sobre aumento da pobreza ou em “generalização da miséria”, como visto. Pesquisas internacionais demonstram ter havido uma forte redução da extrema pobreza nesse conjunto de economias, tanto em números percentuais quanto absolutos, e mesmo que se considerem diferentes linhas de pobreza - renda de 1,90 dólares per capita por dia, como visto no Gráfico, de 1 dólar ou de 1,25 dólares, sempre considerando o dólar por paridade do poder de compra (CHEN; RAVALLION, 2008). E mostram também que o principal fator responsável por essa redução foi o crescimento econômico, especialmente no longo prazo (FERREIRA; LEITE; RAVALLION, 2007).

Portanto, o capitalismo, sobretudo no contexto histórico da globalização, tende a eliminar a pobreza absoluta (carência de bens essenciais) e a fazer com que toda a pobreza seja apenas relativa, expressão de desigualdades de renda. É por isso que, na maioria dos países de alta renda per capita - os EUA são exceção -, as estatísticas oficiais definem “strongly relative poverty lines” (“linhas de pobreza fortemente relativas”, em tradução livre). Segundo esse critério, os indivíduos que vivem em situação de pobreza são aqueles com renda inferior a uma proporção de 40% a 60% da renda média ou mediana nacional (CHEN; RAVALLION, 2011). Nos países em desenvolvimento - expressão empregada nos estudos do Banco Mundial sobre pobreza -, utilizam-se principalmente linhas de pobreza absoluta, ou seja, um valor constante suficiente para adquirir bens de consumo essenciais. Ainda assim, as linhas de pobreza utilizadas nas estatísticas oficiais desses países tendem a ser elevadas após períodos de forte crescimento da renda per capita nacional, apesar de haver resistência política dos governos a fazer essa revisão (CHEN; RAVALLION, p. 1255). Isso implica que, com o crescimento econômico, o conceito de pobreza absoluta tende a se desvincular do cálculo do custo de uma cesta de consumo restrita aos bens essenciais para a sobrevivência, incluindo também itens de consumo que, embora não essenciais, são percebidos como necessários em sociedades que já atingiram um nível de renda pelo menos mediano.

(...) most of the world's poor now live in middle-income countries, and our research indicates that those countries tend to have a more demanding view of poverty. Drawing on national poverty lines, we now also report poverty rates at two higher thresholds – \$3.20 per day and

\$5.50 per day – which are typical of standards in lower-and upper-middle-income countries. [...] What is a luxury in one society could be a necessity in another (WORLD BANK, 2018, p. XI).

Esse fenômeno pode ser bem demonstrado utilizando-se os dois tipos de linha de pobreza ao mesmo tempo para medir a existência de pessoas duplamente pobres, ou seja, cuja renda diária as classifica como pobres em termos tanto absolutos quanto relativos. Essa metodologia permite demonstrar que, de 1981 a 2005, o número de pessoas relativamente pobres nos países em desenvolvimento, considerando “weakly relative poverty lines” (linhas de pobreza fracamente relativas, em tradução livre) cresceu de 2,31 bilhões para 2,58 bilhões. Mas, como esse crescimento foi inferior ao da população total, e apesar de o valor da linha de pobreza relativa se elevar com o tempo, houve redução do percentual de pessoas relativamente pobres no período, que passou de 63,3% para 47,4% (CHEN; RAVALLION, 2011). Assim, como nesse mesmo período houve forte redução do número de pessoas com renda inferior a 1,25 dólares por dia, o resultado foi uma dissociação das curvas de pobreza absoluta e de pobreza relativa:

As one would expect, the proportion of the relatively poor who are also absolutely poor has fallen over time, given economic growth. In 1981, 82% of the relatively poor were absolutely poor; by 2005, the proportion had fallen to 53% (CHEN; RAVALLION, 2011, p. 1259).

Em suma, o fenômeno que já era claramente visível nos países mais desenvolvidos desde pelo menos 1950 vem ocorrendo também nos países em desenvolvimento, ao menos de 1981 em diante: tendência à eliminação da pobreza absoluta e transformação desta em pobreza relativa, o que implica um crescente acesso da população de menor renda a bens de consumo essenciais e não essenciais⁸.

É certo que indicadores de pobreza costumam ser criticados com o argumento de que a qualidade de vida abrange inúmeras dimensões além de poder de consumo. Em função disso, já nos anos 1970 e início da década seguinte foram elaboradas as primeiras medições que combinavam múltiplos elementos do bem-estar social para compor um indicador de exclusão social. Recentemente, o Banco Mundial passou a trabalhar com os conceitos de “pobreza monetária”, que corresponde a linhas de pobreza absolutas como aquelas já mencionadas, e “pobreza multidimensional”, a qual abrange também o acesso a serviços providos principalmente pelo Estado, ou seja, externamente ao mercado, tais como serviços de educação e de infraestrutura (tratamento de água, saneamento e energia elétrica).

Com base nesse conceito de pobreza muito mais exigente, conclui-se que, por volta de 2013, a pobreza monetária, definida em relação a uma linha de pobreza de 1,90 dólares de renda per capita diária, atingia 11,8% da população de 119 países, ao passo que a pobreza multidimensional atingia 18%. Ou seja, 18% da população desse conjunto de economias apresentava renda inferior àquela linha de pobreza e/ou privação de acesso a um ou mais daqueles serviços de educação e de infraestrutura (WORLD BANK, 2018).

Outras duas conclusões importantes que podem ser extraídas dessas evidências são: a) quanto menor é a pobreza monetária numa economia, menor tende a ser a pobreza multidimensional, embora essa relação não seja linear; b) a pobreza monetária e também a multidimensional tendem a deixar de ser problemas mundiais para se tornarem regionais.

Com efeito, embora existam pobreza monetária e multidimensional em todas as regiões do mundo, ambas estão fortemente concentradas na África Subsaariana, que engloba 29 economias.

⁸ As medidas sanitárias para conter a pandemia de covid-19 provocaram uma retração de cerca de 4,3% do PIB mundial em 2020, o que pode levar a um aumento da pobreza extrema no mundo estimada entre 70 e 130 milhões de pessoas até o final de 2021, segundo estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad (EMMANUEL, 2020). Esse revés só confirma a necessidade de crescimento econômico para eliminar a pobreza extrema.

Em 1990, essa região apresentava taxas de pobreza monetária próximas às do Sul da Ásia e da região do Leste da Ásia e Pacífico. Desse ano em diante, houve uma diminuição muito rápida da pobreza naquelas regiões asiáticas, ao passo que a África Subsaariana apresentou um ritmo de redução bem menor. O resultado disso é que, por volta de 2013, essa região africana respondia por 70,9% dos pobres num conjunto de 119 economias. Se mantida essa tendência, é possível que, em 2030, a pobreza extrema seja uma realidade quase exclusiva da África Subsaariana. Em termos multidimensionais, essa região da África respondia por 65,4% dos pobres no período considerado, o que evidencia a já mencionada tendência à redução simultânea da pobreza medida por critérios apenas monetários e a pobreza medida também pelo critério de acesso a serviços providos principalmente pelo Estado (WORLD BANK, 2018).

Ora, que professores de literatura como Walter Mignolo, sociólogos como Anibal Quijano e antropólogos como Arturo Escobar não tenham a preocupação de explicar essas diferenças entre países e entre regiões do globo já é algo injustificável, mas que geógrafos deixem essa questão de lado soa escandaloso. Tal omissão ocorre pelo privilegiamento do conceito de lugar e pela aplicação do conceito de território no estudo de “movimentos sociais” e de pequenas comunidades “camponesas” e de populações tradicionais cujos modos de vida expressariam racionalidades “descoloniais” ou “contra-hegemônicas”. Desse modo, os discursos decoloniais e do pós-desenvolvimento reproduzem, também aí, um viés de pensamento típico da geocrítica. Os geógrafos críticos, no afã de serem radicais, trabalham geralmente com uma oposição simplista entre capitalismo e socialismo, ou entre capitalismo e alguma “utopia pós-capitalista” indefinida e nunca realizada, de modo que, assim fazendo, ignoram as imensas diferenças que existem entre as diversas formas de capitalismo e seus resultados distintos em termos de crescimento econômico, produtividade do trabalho, desigualdade de renda, geração de empregos, direitos trabalhistas, melhora das condições de vida e estabilidade do regime democrático (DINIZ FILHO, 2013, p. 55-68). A opção pelo estudo dos lugares e dos territórios de pequenas populações se adapta de forma perfeita ao objetivo de criticar o capitalismo radicalmente num contexto de fracasso das experiências socialistas de base nacional e de acomodamento dos trabalhadores à ordem capitalista. E ainda com a vantagem de permitir ignorar as enormes diferenças observadas na escala de países e de grandes regiões do mundo, a qual depõe contra a atribuição de um vínculo causal ou de uma associação necessária entre os problemas socioespaciais e o desenvolvimento do capitalismo.

De fato, a melhora da qualidade de vida da imensa maioria da população mundial é inegável mesmo quando se desconsideram informações sobre renda: mortalidade infantil, esperança de vida, acesso à vacinação, mortes por desastres naturais, escolaridade, saneamento básico, etc. A maior parte da opinião pública mundial mostra-se ignorante quanto a isso e tende a ver o mundo bem pior do que ele realmente está, mas os indicadores sociais que atestam a grande melhora da qualidade de vida ocorrida nos últimos dois séculos estão todos disponíveis gratuitamente na internet. Assim, é até desnecessário apresentar alguns desses dados a título de exemplos, bastando citar uma obra de divulgação científica com grande quantidade de informação a respeito e que também discute por que há tanta ignorância da opinião pública mundial - incluindo acadêmicos e jornalistas - sobre essa evolução (ROSLING, 2019).

É por conta desse descolamento em relação aos fatos que as críticas decoloniais e pós-estruturalistas ao capitalismo e aos programas de desenvolvimento acabam sendo aplicáveis aos próprios discursos decoloniais e do pós-desenvolvimento. Como visto, afirma-se que os discursos sobre o desenvolvimento não são científicos, nem racionais, pertencendo ao domínio da crença, da religião, do dogma. Contudo, são as críticas desvinculadas dos fatos que constituem manifestações claras de irracionalidade e de fé dogmática em certas ideologias anticapitalistas. Também aí, tais

discursos reproduzem um viés de pensamento bastante comum na teoria social crítica e no seu ramo geográfico, a geocrítica, que é a elaboração de diagnósticos apocalípticos que não têm lastro na observação empírica, pois nascem de convicções ideológicas que precedem as pesquisas e que estabelecem de antemão os autores que devem ser lidos (DINIZ FILHO, 2013).

Deve-se dizer também que, embora aquelas abordagens procurem afetar sofisticação teórica, suas análises de discurso e de relações de poder são simplistas. Tais análises sugerem que o fracasso dos programas de desenvolvimento é tão óbvio que a continuidade da implantação de programas baseados nesse conceito e em seus congêneres, como desenvolvimento sustentável, só pode resultar de imposições políticas mascaradas por estratégias discursivas eficazes em iludir e em interditar o questionamento radical desses programas. Daí os principais autores do pós-desenvolvimento, como Gilbert Rist, Arturo Escobar e Wolfgang Sachs, afirmarem que o conceito de desenvolvimento é uma “religião moderna” e uma construção intelectual sem conteúdo ontológico, plástica, que vai se modificando com o passar do tempo e incorporando objetivos de ordem social, ambiental e cultural que não constavam em suas primeiras formulações (GÓMEZ, 2007, p. 41-45).

Ora, é certo que autores de diversas disciplinas científicas formularam conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento aplicados à escala nacional, assim como a ciência regional produziu e continua produzindo inúmeros estudos sobre as relações entre crescimento econômico, inovação tecnológica e organização espacial. É igualmente verdadeiro que muitos desses conceitos influenciaram a elaboração e implementação de políticas setoriais e regionais (CRUZ et al., 2011). E também é correto dizer que esses programas sempre sofreram muitas críticas. Contudo, é um erro mencionar tais críticas de forma ligeira com o fim de concluir que o conceito de desenvolvimento deveria ser negado ou abandonado como ferramenta de conhecimento e de intervenção prática.

De fato, a maior parte das críticas às teorias do subdesenvolvimento e da dependência (ao menos, no campo da economia) não provêm do marxismo e de outras vertentes da teoria social crítica, mas, principalmente, de estudos de orientação neoclássica ou institucionalista. Os autores institucionalistas afirmam que o subdesenvolvimento não está relacionado à desequilíbrios da estrutura produtiva, mas ao processo histórico de constituição de arcabouços institucionais que obstaculizam a participação dos pobres na economia de mercado e que privilegiam grupos oligárquicos ou empresariais, os quais usam o sistema legal e o aparelho de planejamento para se protegerem da concorrência e para ganharem acesso aos fundos públicos - as chamadas “instituições extrativistas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 71-72). Nesse sentido, a economia de mercado é encarada como um sistema socialmente inclusivo de organização da economia, mas cujo potencial de inclusão só se realiza plenamente sob sistemas institucionais adequados para estimular a livre concorrência e multiplicar as oportunidades de transações entre todos os agentes econômicos (DE SOTO, 2000).

Já no âmbito da economia internacional, os trabalhos teóricos e empíricos demonstraram sistematicamente que o livre comércio oferece bem mais vantagens que desvantagens, o que invalida as previsões das teorias do subdesenvolvimento sobre uma tendência à deterioração dos termos de troca que inviabilizaria o desenvolvimento dos países exportadores de commodities (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p. 167-171). Quanto às políticas industriais aplicadas com o objetivo de superação do subdesenvolvimento e/ou de elevação da competitividade nacional, existe um enorme debate acumulado. Os autores favoráveis às políticas de substituição de importações de bens industriais muitas vezes admitem o fracasso dessas experiências na América Latina, mas citam países asiáticos, especialmente Japão e Coreia do Sul, como exemplos de sucesso (GONÇALVES; LEMOS; NEGRI, 2007). Já os autores com visão mais liberal afirmam que esses exemplos estão datados e

que as políticas públicas que auxiliaram empresas japonesas e coreanas a alcançar competitividade internacional não foram as políticas industriais ativas, mas sim políticas educacionais e de infraestrutura que melhoraram as condições dos fatores de produção nesses países (PORTER, 1993).

Portanto, uma vez sendo incontestável que o crescimento econômico e a modernização tecnológica ocorridas desde 1950 foram altamente positivas em termos sociais, disso resulta que a maior parte das críticas às políticas de desenvolvimento aponta para as vantagens do livre comércio e questiona a alegada capacidade dessas políticas em acelerar o aumento da produtividade e o crescimento econômico. Noutros termos, o debate sobre o desenvolvimento, *por estar lastreado nas evidências empíricas dos avanços econômicos e sociais ocorridos*, escanteou as versões catastrofistas das teorias do subdesenvolvimento e da dependência, e é isso que explica o poder de mobilização política que o conceito de desenvolvimento manteve ao longo das décadas, em que pesem as críticas mencionadas.

Nesse contexto, as análises de discurso dos autores decoloniais e pós-desenvolvimento são estratégias retóricas que consistem em: a) reconhecer nas versões radicais da teoria da dependência uma forma de pensamento crítico precursora dos seus trabalhos; b) ignorar os debates econômicos que levaram aquelas teorias ao descrédito; c) falar como se tais teorias tivessem acertado em suas previsões e como se isso fosse óbvio, conforme se vê nas breves menções a supostos processos de “aprofundamento da pobreza”, “generalização da miséria” e de exploração entre países; d) criticar as teorias da dependência dizendo que, se estas acertaram nas críticas ao capitalismo, erraram ao propor soluções que reproduzem um modo de pensar “ocidental” ou “eurocêntrico” (CRUZ, 2017a, p. 24; ESCOBAR, 2005b, L. 4). E não há grande novidade nessa estratégia. No livro *Geografias pós-modernas*, Edward Soja ignorou os debates econômicos que levaram as teorias das trocas desiguais ao descrédito e culpou a persistência do “historicismo” do século XIX pelo pouco prestígio dessas teorias (DINIZ FILHO, 1999).

Por fim, os discursos sobre decolonialidade e pós-desenvolvimento não se dão conta de que o conceito de desenvolvimento e seus congêneres, *quando aplicados a atividades de planejamento setorial e regional/territorial*, não são e nem podem ser científicos. O que se designa nesses programas por “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento territorial endógeno”, etc. é um modelo de economia, de sociedade e de organização espacial que ainda não existe e que se busca construir. Conceitos que não visam descrever e explicar o presente, mas sim projetar um futuro desejável, são conceitos operacionais que, mesmo informados por teorias científicas, possuem uma natureza intrinsecamente política. Daí por que esses conceitos são historicamente construídos e vão mudando com o tempo para corrigir erros detectados nas experiências de planejamento anteriores e também para tentar responder a novos problemas e a novas demandas sociais. Essa maleabilidade é da natureza da atividade política e, por si só, nada tem de equivocada ou de enganadora.

Conclusão

Os discursos sobre decolonialidade e pós-desenvolvimento vêm sendo apontados como aportes teórico-metodológicos úteis para renovar o pensamento crítico, a geografia e a geocrítica. Conforme o Quadro 1, as pesquisas que se valem desses discursos reproduzem de fato os pressupostos definidores da geografia crítica, notadamente a tese de que o capitalismo se vincula intrinsecamente às questões socioeconômicas, ambientais e espaciais estudadas pela geografia e também a recusa do princípio da neutralidade do método.

Entretanto, embora aqueles discursos se apresentem como formas inovadoras e sofisticadas de reflexão teórica, reproduzem a estrutura de argumentação da velha crítica marxista de ideologias,

mas com duas diferenças: enquanto esta última toma as teorias econômicas de Marx e a teoria da luta de classes como verdades científicas, aqueles discursos associam o capitalismo a inúmeros problemas sem formular teorias econômicas ou geográficas capazes de demonstrar essa causalidade ou associação e substituem o conceito de classe social por um universo mais amplo, que congrega: a) os pobres em geral (especialmente os dos países de renda média e baixa); b) as minorias sociológicas e; c) organizações políticas que reivindicam território e apoio econômico do Estado mediante a estratégia de se apresentar como representantes de identidades étnicas e/ou de modos de vida que precisariam ser preservados. É o caso das diversas organizações “camponesas” e extrativistas citadas por autores decoloniais e pós-desenvolvimento (MONTENEGRO; ROCHA, 2017; MIGNOLO, 2008b; GÓMEZ, 2012; ESCOBAR, 2005a).

Além disso, vê-se que, tal como já acontece na geografia desde os anos 1970, os trabalhos inspirados nas noções de decolonialidade e pós-desenvolvimento exibem uma visão crítica do capitalismo descolada dos fatos, tomam esse diagnóstico falso como verdade evidente e, com base neste, elaboram críticas dos discursos políticos e científicos e também questionam a atuação dos geógrafos nas atividades de planejamento (DINIZ FILHO, 2013). E, tal como no passado, tais críticas são previsíveis, repetitivas, carregam no tom de denúncia e operam uma desqualificação dos discursos analisados por meio da associação superficial destes a interesses econômicos de grandes empresas e de “países hegemônicos”. A única novidade é que essa desqualificação de cunho ético agora passa também por acusações superficiais de eurocentrismo, machismo e racismo contra todos os referenciais teórico-metodológicos que não tenham a crítica ao capitalismo como objetivo predeterminado.

E essa nova estratégia retórica desqualificadora, típica na política identitária pós-modernista, não é fruto de algum erro de interpretação dos discursos decoloniais que tenha sido cometido pelos geógrafos. Afinal, tais discursos são, já na origem, retórica política camuflada de interpretação culta e abrangente dos problemas da humanidade. É por isso que os discursos decoloniais usam noções extremamente amplas e indefinidas, como “matriz colonial de poder”, para criticar tudo o que é rejeitado por certas correntes radicais de esquerda, além de recorrerem a ideias de tipo pós-modernista sobre subjetividade do conhecimento e disputas de poder para desqualificar qualquer crítica lógica ou empírica às suas ideias – com direito até a argumentação *ad hominem*. A natureza retórica do dito “pensamento decolonial” é justamente o que o torna atraente para os geógrafos críticos num contexto de crise teórica e prática das esquerdas.

Sendo assim, os discursos decoloniais e pós-desenvolvimento não contribuem para produzir conhecimento relevante em geografia, pois os trabalhos inspirados por estes apenas repetem lugares-comuns e análises banais que servem como palavras de ordem para mobilizar a militância, não para acrescentar algo novo àquilo que já é comumente pensado pelos geógrafos brasileiros pelo menos desde os anos 1980. Os autores que consideram possível produzir uma renovação significativa da geografia ou mesmo da geocrítica com base em tais discursos pensam desse modo porque aceitam os objetivos e pressupostos do pensamento crítico e do seu ramo geográfico, de modo que não percebem as fragilidades e incoerências da corrente que desejam renovar. Então, ao invés de tentarem resolver essas fragilidades e incoerências, usam as noções de decolonialidade e de pós-desenvolvimento para reapresentar velhas ideias com nova roupagem.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. (2012) *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- ARON, R. (2005) *O marxismo de Marx*. 3. ed. São Paulo: Arx.
- CHEN, S.; RAVALLION, M. (ago. 2008) *The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty*. The World Bank: Development Research Group (Policy Research Working Paper, 4703). Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1259575>. Acessado em: 4 mar. 2009.
- CHEN, S.; RAVALLION, M. (nov. 2001) Weakly relative poverty. *The Review of Economics and Statistics*, 93(4), p. 1251–1261. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/299021468320710621/pdf/946690JRN0Box30LIC00150rest0a000127.pdf>> Acessado em: 20 ago. 2020.
- CRUZ, B. O. et al. (org.) (2011) *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Ipea.
- CRUZ, V. C. (2017a) Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 15-36.
- CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (2017) Apresentação. In: _____ (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 9-14.
- CRUZ, R. C. *Territorialidade autônoma, utopia e geografia decolonial para o direito à cidade: um ensaio sobre o carnaval de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2017b, 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar.
- DE SOTO, H. (2000) *O mistério do capital*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DINIZ FILHO, L. L. (1999) Os equívocos da noção de “regiões que exploram regiões”: crítica ao conceito de “transferência geográfica de valor” de Edward Soja. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 13, p. 165-186.
- DINIZ FILHO, L. L. (2002) Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: KOZEL, S.; MENDONÇA, F. A. (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 77-108.
- DINIZ FILHO, L. L. (set./dez. 2003) A geografia crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. *Geografia*, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 307-321.
- DINIZ FILHO, L. L. (2013) *Por uma crítica da geografia crítica*. Ponta Grossa: Editora da UEPG.
- EMMANUEL, J. (19 nov. 2020) População em extrema pobreza aumentará pela primeira vez em 22 anos. *Notícias R7 [Online]*. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/populacao-em-extrema-pobreza-aumentara-pela-1-vez-em-22-anos-19112020>> Acessado em: 05 mar. 2021.
- ESCOBAR, A. (set. 2005a) O lugar da natureza e a natureza do lugar. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur*, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf> Acessado em: 18 jun. 2020.
- ESCOBAR, A. (2005b) El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17-31. Disponível em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1273163983.el_postdesarrollo_como_concepto.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2021.
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. (dec. 2007) *Poverty reduction without economic growth? Explaining Brazil’s poverty dynamics, 1985-2004*. The World Bank: Development Research Group (Policy Research Working Paper, 4431). Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1066223>. Acessado em: 4 mar. 2009.

- FOUCAULT, M. (1978) *The history of sexuality*. Random House, v. 1.
- FRANÇA FILHO, A. L. (2012) Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira. *Geografia em Questão*, v. 5, n. 1, p. 11-27. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4982>> Acessado em: 04 maio 2020.
- GOMES, P. C. C. (2009) Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C.; SILVA, M. (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, p. 13-30.
- GÓMEZ, J. R. M. (2007) Desenvolvimento em desconstrução: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). *Geografia agrária: teoria e poder*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 39-53.
- GÓMEZ, J. R. M. (2012) Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 6, n.1, p. 163-174.
- GONÇALVES, E.; LEMOS, M. B.; DE NEGRI, J. (2007) Condicionantes da inovação tecnológica na Argentina e no Brasil. Encontro Nacional da Anpec. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A117.pdf>> Acessado em: 11 maio 2014.
- HICKS, S. R. C. (2014) *Explaining postmodernism: skepticism and socialism from Rousseau to Foucault*. Expanded Edition. Roscoe, Illinois: Ockham's Razor Publishing.
- HIRSCHMAN, A. (1986) *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. (2005) *Economia internacional: teoria e política*. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley.
- KRUGMAN, P. (1999) *Internacionalismo pop*. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha.
- MARCELINO, J. (2018) Por uma geografia decolonial: as dimensões epistêmicas da raça e do racismo no discurso geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PENSADORES NEGROS - COPENE, n. 10. Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531340025_ARQUIVO_TrabalhoCompletoXCOPENE.pdf>. Acessado em: 11 jul. 2020.
- MARQUES, M. I. M. (dez. 2018) Geografia agrária crítica: um pouco de história. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 3, p. 504-514. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/153292>> Acessado em: 24 jun. 2020.
- MIGNOLO, M. (maio/ago. 2008a) Novas reflexões sobre a "ideia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 239-252.
- MIGNOLO, M. (2008b) Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324.
- MONTENEGRO, J.; ROCHA, O. G. (2017) A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- MORAES, A. C. R. (1988) *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- OUR WORLD IN DATA. (2019) World population living in extreme poverty, 1820-2015. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/world-population-in-extreme-poverty-absolute>> Acessado em: 10 out. 2019.
- PEREIRA, E. (mar. 2017) Resistência descolonial: estratégias e táticas territoriais. *Terra Livre*, Ano 29, v. 2, n. 43. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/615>> Acessado em: 10 mai. 2020.
- PLUCKROSE, H. (27 mar. 2017) How French "intellectuals" ruined the West: postmodernism and its impact, explained. *Areo Magazine [Online]*. Disponível em: <<https://areomagazine.com/2017/03/27/how-french-intellectuals-ruined-the-west-postmodernism-and-its-impact-explained/>> Acessado em: 15 abr. 2021.
- PORTER, M. E. (1993) *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017) De saberes e de territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 37-56.
- RISÉRIO, A. (2020) *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia da esquerda identitária*. 2. ed. edição rev. aum. Rio de Janeiro: Topbooks.
- ROSLING, H. (2019) *Factfulness: o hábito libertador de só ter opiniões baseadas em fatos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record.
- RUA, J.; ACIOLI, A.; GIANNELLA, L.; VASCONCELOS, T. (2009) Geografia e desenvolvimento territorial. *GeoPuc* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 1-22. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/artigo1_geopuc04.pdf> Acessado em: 15 jul. 2020.
- SANTOS, M. (2000) *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record.
- SANTOS, R. E. (2017) O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (org.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- TAMBOSI, O. (2010) *A cruzada contra as ciências: quem tem medo do conhecimento?* Florianópolis: Editora da UFSC.
- WORLD BANK (2018) *Poverty and Shared Prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle*. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30418/9781464813306.pdf>> Acessado em: 17 jun. 2020.